

A Escola Técnica e a Dinamização do Meio

Ana Paula dos Santos Pinto

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Centro de Estudos Africanos – IUL, Portugal

appafrikua@gmail.com

Resumo

A noção das barreiras a transpor para uma revitalização do ensino técnico passa também pela consciencialização de toda a sociedade, para que os empresários apostem ativamente na oferta de estágios a formandos, para que as famílias valorizem esta formação, para que participem mais ativamente e de forma positiva no processo educativo, transportando para cada escola um pouco dos benefícios da sua própria cultura, ajudando a fazer de cada escola um exemplo de sociedade humana, humanizada e humanista. A responsabilidade da educação não pertence apenas à escola e à sua comunidade escolar, pertence também ao país e às suas comunidades. Um dos grandes desafios que se colocam às escolas consiste em promover a coesão entre a instituição educativa e o meio envolvente onde esta se encontra inserida.

Palavras-chave: escolas técnicas, ensino técnico, comunidades, planos de atividades, parcerias, meio envolvente

Technical schools and their environment

Abstract

The barriers to be overcome in revitalising technical education also involve raising the awareness of society as a whole, so that businessmen are willing to offer internships to students. It will also encourage families to value this training and participate more actively and positively in the education process, taking a little of their own culture to each school and helping to make every school an example of a human, humanized and humanist society. The responsibility for education does not lie only with the school and its community; it also belongs to the country and to its communities. One of the great challenges that schools face is promoting cohesion between education institutions and their environment.

Keywords: technical schools, technical education, communities, action plan, partnerships, environment

Desde a década de noventa, e sobretudo após a assinatura dos acordos de paz (1992), Moçambique tem vindo a conhecer grandes transformações. De realçar a passagem de uma economia centralmente planificada para uma economia aberta, a introdução da democracia multipartidária, e os desafios que a força da globalização e da integração económica que caracteriza a economia mundial e regional coloca a Moçambique perante uma crescente competição internacional.

Para vencer estes desafios o país carece de capital humano devidamente qualificado, competente e relevante, tanto para assegurar o desenvolvimento nacional, como para reduzir os níveis de pobreza.

O ensino técnico-profissional tem desempenhado um papel importante e constitui o principal instrumento para formar mão de obra qualificada para os diversos setores económicos e sociais de Moçambique.

Reconhecendo a importância da educação técnica e verificando que a mesma enfrentava graves constrangimentos, nomeadamente limitada capacidade e falta de abrangência geográfica, baixa qualidade e relevância, instalações degradadas, equipamentos obsoletos, formadores insuficientemente preparados, falta de manuais e outros meios de ensino e currículos desajustados face à procura do mercado de trabalho, insuficiente participação do setor privado, a par do setor público, na definição de políticas e na própria gestão do sistema de educação profissional, o governo de Moçambique, com o apoio do Banco Mundial e outros parceiros internacionais, iniciou, na viragem do século, a Reforma da Educação Profissional (REP).

A REP é um programa de longa duração com vista a transformar o sistema de formação existente, baseado essencialmente na oferta, por outro orientado pela procura.

Com esta reforma pretende-se introduzir um sistema de qualificações baseado em padrões de competência, integrado, coerente, flexível e financeiramente sustentável, estabelecer um sistema de avaliação e certificação de competências profissionais independente do sistema de formação, e um novo modelo de gestão das instituições públicas de formação, com um elevado grau de autonomização e maior responsabilização dos gestores, no âmbito de um processo de descentralização das decisões.

O Programa Integrado de Reforma da Educação Profissional (PIREP) constitui a fase piloto e tem como lema: “Educação para o trabalho, competências para a produção, desenvolvimento para o país”. Ele será implementado num período de quinze anos (2006 a 2020) e comporta três fases:

- A fase piloto (2006-2010/11)
- A fase de expansão até 2016
- A fase de consolidação até 2020

Para a execução da REP foram criadas as seguintes estruturas: CI-REP – Comissão Interministerial da Reforma da Educação Profissional,

com funções de orientação política e presidida pelo primeiro-ministro; COREP – Comissão Executiva da Reforma da Educação Profissional, multissetorial, de competências executivas e deliberativa; UI – Unidade de Implementação, principal órgão de execução das políticas, e – Grupo de Aconselhamento, que tem competências consultivas de apoio técnico e interação ao nível da UI e que integra os parceiros da cooperação e as agências doadoras.

Os parceiros sociais (seis representantes: dois das associações de empregadores do setor privado, dois dos sindicatos dos trabalhadores e dois de outras organizações da sociedade civil) são parte integrante em todo o processo da reforma e têm uma participação ativa na COREP (PIREP, 2005, pp. 6-8).

Para que a REP se concretize é necessário que haja uma verdadeira participação ativa dos parceiros sociais, nomeadamente dos empregadores, das organizações da sociedade civil, das famílias, de todas as comunidades, na definição e implementação das políticas para a educação profissional.

A escola técnica e o meio envolvente

A escola é parte integrante da comunidade/meio onde está inserida. Por isso a intervenção da comunidade na vida escolar, o apoio na organização, na procura de soluções para as mais diversas dificuldades, no trabalho educativo e nos desafios, é fundamental para a sobrevivência de toda a comunidade/meio.

Um dos grandes desafios que se colocam às escolas técnicas consiste em promover a coesão entre a instituição educativa (escola/comunidade escolar) e o meio envolvente (comunidade geral) onde esta se encontra inserida, devendo haver uma articulação de esforços para definir o sentido da ação educativa e satisfazer os anseios e as necessidades dos alunos, das suas famílias, da escola e da comunidade em geral.

A formação integral da personalidade do jovem constitui, hoje em dia, uma exigência cada vez maior e não é tarefa exclusiva da escola, pois a família é responsável pela primeira fase da socialização; à família compete iniciar a criança nos padrões de cultura da sociedade a que pertence. É no seio da família que se vai tecendo a identidade pessoal e social da criança, processo a que a escola dará continuidade, sempre em interação dinâmica com o contexto familiar. Cumpre assim, à escola, compatibilizar a diversidade individual e familiar com as exigências socioculturais, mediando a passagem do núcleo primário familiar para o nível macrossocial.

Não cabe à escola substituir-se ao núcleo familiar mas colaborar e apoiar os pais e encarregados de educação no desempenho das suas funções. A escola e a família devem celebrar um pacto educativo orientado para o desenvolvimento humano, que automatize os jovens para a competição e para o exercício pleno da cidadania que a realidade social contemporânea exige.

Para além da família, a escola deve desenvolver parcerias com as outras “comunidades” que fazem parte do meio envolvente. Ou seja, essa parceria deve ser feita com todas as estruturas, envolvendo o setor privado, organizações sociais e civis, o Conselho e a Direção da escola, que devem dar a conhecer, à comunidade, as principais tarefas da educação (MINED, 2010, p. 35).

No âmbito da REP realizou-se em 2008 um encontro com o setor produtivo para melhorar o conhecimento e entendimento sobre o processo de reforma, para se discutir o papel do setor produtivo no apoio à reforma e para se identificar os benefícios que as novas qualificações trarão para o setor produtivo.

Para se garantir qualidade na reforma o setor produtivo deve assumir a liderança na definição e aprovação de unidades de competências, das qualificações e programas, oferecer experiências no local de trabalho e estágios para os estudantes, apoiar na avaliação externa dos estudantes e desenvolver parcerias com os provedores de formação.

Nas parcerias com o setor produtivo a reforma propõe que as novas qualificações estejam de acordo com os requisitos da indústria, sejam baseadas em padrões de ocupação da indústria que definem competências e em unidades contendo elementos de competência, desenvolvidas em módulos de aprendizagem (módulos vocacionais, eletivos e de competências genéricas) que compõem uma qualificação que permita flexibilidade na lecionação, dê crédito à aprendizagem anterior do estudante, permita a acumulação de crédito de módulos concluídos que sejam avaliados de acordo com as unidades nacionais de competência, que possua medidas de garantia de qualidade para validar as unidades de competência e o seu grau de alcance, se ajuste ao novo Quadro Nacional de Qualificações Profissionais e que desenvolva uma forte parceria entre o setor produtivo e a educação (PIREP, 2008, acetato 22).

A promoção da participação do meio envolvente passa pelo reconhecimento, pela valorização e pela comparticipação dos parceiros sociais na “vida” da escola. A ação deve ser conjunta na dinamização, na gestão e na definição dos perfis profissionais. A escola tem de ir ao encontro das expectativas das diversas comunidades do meio onde está inserida diversificando percursos, programas, métodos e pedagogias, assim como disponibilizar diferentes saberes e experiências.

Tendo em conta a missão do ensino técnico-profissional, garantir uma formação científico-técnica de qualidade que permita responder às necessidades de desenvolvimento económico e social¹, a parceria estabelecida entre ambos (escola e meio envolvente) deve fomentar o desenvolvimento de uma “cultura profissional” que vá além da preparação para uma profissão. Pois os desafios que se colocam às no-

vas gerações não se limitam as exigências do trabalho produtivo mas também à

salvaguarda do ambiente e da utilização dos tempos livres, da vida familiar e da participação social, da recepção e tratamento de quantidades, infindáveis, de informação oriunda dos media, da preservação da saúde e das tradições e culturas próprias (Mussanhane, 2004, p. 3)².

As escolas do ensino técnico servem múltiplas comunidades que escolhem estas instituições para a construção de percursos escolares e educativos, havendo por isso a preocupação de eleger ações (que estão incluídas nos desafios e perspetivas) que mobilizem alunos, docentes e a comunidade em geral, na procura da coesão e unidade de todos os membros da comunidade educativa. Assim, têm organizado as suas atividades de envolvimento com a comunidade/meio em torno de dois eixos: o da convivialidade cultural e o de parcerias. Nesse sentido têm vindo a desenvolver uma série de iniciativas, quer no contexto da comemoração de efemérides relevantes, quer no campo de cooperação com ongs e entidades empregadoras.

Envolvimento e parcerias com a comunidade

O desenvolvimento institucional para o ensino técnico passa por consolidar as parcerias entre o Governo, o setor privado e a sociedade civil.

A escola ao estabelecer parcerias e/ou unidades de produção permite uma efetiva ligação entre a teoria e a prática. Por isso devem-se criar mecanismos com vista a interessar o aluno por uma profissão e ao mesmo tempo estimular um espírito inovador e empreendedor, para que possa por em prática os conhecimentos adquiridos, fabricar objetos, instrumentos e dispositivos técnicos no melhoramento do seu trabalho e profissão. Só existe qualidade de ensino se os alunos tiverem condições para realizar o seu trabalho e se a avaliação dos conhecimentos tiver em linha de conta as competências práticas dos alunos.

As parcerias estabelecidas com os diversos organismos servem também para apoiar o plano de produção (a produção é uma das componentes do processo de ensino e aprendizagem) da escola cujos principais objetivos são tornar útil o trabalho prático e laboral dos alunos para a sua formação politécnica e profissionalizante; melhorar as condições de vida e de trabalho na escola; criar uma autonomia local através de modelos inovadores de financiamento; apoiar a produção nacional reduzindo os encargos do Estado, beneficiando a própria escola (em alimentação, transportes, manutenção escolar, autoinstrução, produção de material didático a partir do local, entre outros) e beneficiando

2 Intervenção do Dr. Egas Mussanhane, Presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), no Seminário Nacional do Ensino Técnico-Profissional (2004, p. 3).

outras escolas da região e a comunidade onde está inserida a escola (MINED, 2010, p. 33).

A escola deve incentivar a prática de atividades na promoção do saber-fazer, tendo em conta as especificidades regionais e/ou locais. As práticas produtivas adotadas e otimizadas devem ter em atenção o meio onde se situa a escola, tendo em conta que o que se pretende além da ligação escola-setor empresarial privado, do estreitar relações entre escola e comunidade, de incentivar os alunos a desenvolver a sua formação académica com um carácter profissionalizante, é envolver alunos e professores no esforço de desenvolvimento socioeconómico da comunidade e da região.

A escola deve elaborar ou atualizar um plano de desenvolvimento (*ibid.*, pp. 38 e 39) onde se indica os objetivos e metas a alcançar a médio e longo prazo. Este plano é um instrumento diretor que visualiza as etapas e exigências de cada fase de desenvolvimento, tais como o desenvolvimento de relações com a comunidade educativa e a sociedade em geral.

As escolas do ensino técnico, através dos seus planos, colocam a responsabilidade da formação não só sobre a sua comunidade, mas também assumindo a formação de outras comunidades no domínio da cooperação e difusão. Na prática, asseguram a formação de professores, alunos, auxiliares de ação educativa e administrativa, de pais, encarregados de educação e comunidades em geral.

As ações de operacionalização da missão³ e visão⁴ das escolas técnicas passam por estabelecer, de forma permanente, contatos com os pais/encarregados de educação dos alunos (formação de conselhos de pais, reuniões com os pais/encarregados de educação) e com outras forças vivas da sociedade (diversas estruturas das cidades, Governo, presidentes dos municípios nas comemorações de dias feriados, Dia do Professor, Dia da Mulher Moçambicana, participações em torneios e competições desportivas, exposições, debates, ações educativas de prevenção e combate do consumo de drogas lícitas e ilícitas e das DTS/HIV-SIDA); promover parcerias com as empresas e outras entidades (organização de *workshops*/debates/seminários/palestras, colocação de finalistas para estágio, atribuição de diplomas, realização de visitas); criar geminação com outras instituições técnicas dentro e fora do país (promoção de encontros das escolas e do ensino técnico-profissional, realização de seminários de capacitação psicopedagógica dos docentes).

3 "O Instituto Industrial e Comercial 3 de Fevereiro tem como missão formar jovens competentes, técnica e profissionalmente, com elevados valores culturais e morais, que lhes permitam a sua inserção na sociedade" (Missão do Instituto Industrial e Comercial de Nampula, 2010).

4 "Ser uma escola que antecipa as mudanças no ambiente de negócios, prepara profissionais para o futuro e presta serviços de qualidade" (Visão do Instituto Industrial e Comercial de Pemba, 2011).

O envolvimento e a consolidação da ligação escola – comunidade/meio passa por aproveitar as oportunidades (crescente procura dos cursos, aceitação das empresas para estágio dos alunos, surgimento de novas unidades industriais na zona) e saber ultrapassar as ameaças e os pontos fracos (falta de mercado de trabalho para os formados em alguns cursos, insuficiência de empresas/indústrias qualificadas para o estágio dos alunos, atraso de respostas de pedidos de estágio por parte de algumas empresas, fraca participação voluntária e consciente dos pais na vida da instituição, material oficial oneroso e obsoleto).

Conclusão

A escola, para servir de alavanca do desenvolvimento, deverá preocupar-se com a qualidade dos serviços prestados. Isto implica um maior envolvimento e participação das comunidades na vida da escola.

Não sendo este um problema exclusivo das escolas do ensino técnico, ou sequer das diferentes regiões que constituem o país, a noção das barreiras a transpor para uma revitalização do ensino técnico passa também pela administração pública, pelo poder político, pois está nas suas mãos fazer a gestão dos fundos nacionais, a procura de parcerias internacionais, a transformação dos programas, a dinamização da formação e colocação de professores. E, sendo esta uma problemática nacional, não poderemos deixar de fora a consciencialização de toda a sociedade, para que os empresários apostem ativamente na oferta de estágios a formandos, para que as famílias valorizem esta formação, para que participem mais ativamente e de forma positiva no processo educativo, transportando para cada escola um pouco dos benefícios da sua própria cultura, ajudando a fazer de cada escola um exemplo de sociedade humana, humanizada e humanista.

A responsabilidade da educação não pertence apenas à escola e à sua comunidade escolar, pertence também ao país e às suas comunidades.

Uma sociedade só evolui e muda se a escola muda e vice-versa. Agir localmente (na escola) mas pensar globalmente.

Referências

- Estratégia do ensino técnico-profissional em Moçambique 2002-2011: Mais técnicos, novas profissões e melhor qualidade.* (2001). Maputo: Conselho de Ministros.
- MINED – Ministério da Educação/Inspeção Geral da Educação. (2010). *Orientações e tarefas escolares obrigatórias para o período de 2010 a 2014.* Maputo: MINED.
- Mussanhane, E. (2004). Expectativas do sector privado em relação ao ensino técnico-profissional. Intervenção no *Seminário Nacional do Ensino Técnico-Profissional.* Maputo.
- PIREP – Programa Integrado da Reforma da Educação Profissional. (2005). *Educação para o trabalho Competências para a produção Desenvolvimento para o país.* Maputo: PIREP (documento policopiado da primeira reunião ordinária da COREP).
- PIREP – Programa Integrado da Reforma da Educação Profissional. (2008). *Encontro com o sector produtivo.* Maputo: PIREP (documento policopiado).
- Seminário Nacional do Ensino Técnico Profissional.* (2004). Maputo [CD].